

Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal¹

Livia de Tommasi

Professora da UFF

O artigo analisa a trajetória de jovens de um grupo de hip-hop na periferia de Natal, utilizando como ferramenta o conceito de 'governamentalidade' tal como tratado por Foucault. A narrativa dos jovens revela como eles se movimentam entre múltiplas experiências urbanas, procurando fugir do destino de grupo 'de risco' (tornar-se 'mão de obra barata' ou criminosos) fazendo arte como forma de resistência. A análise propõe uma abordagem da juventude não como uma categoria analítica, um sujeito ou ator social, mas como um campo de intervenção que tem despertado interesse e recebido investimentos públicos e privados.

Palavras-chave: governamentalidade, juventude, hip-hop, periferia, Natal

Neither Cheap Workforce nor Outlaws: Trajectories of Youngsters in the Outskirts of Natal examines the story of the young members of a hip-hop group in the Northeastern Brazil according to Foucault's concept of 'governmentality'. Their narrative reveals the way they move between multiple urban experiences trying to escape from their fate as "risk group" (that is, to become "cheap workforce" or criminals), using art as a form of resistance. We approach youth less as an analytical category, a subject or a social actor and rather as a field of intervention that has attracted attention and received public and private investments.

Keywords: governmentality, youth, hip-hop, periphery, Natal

Introdução

No Guarapes, um bairro pobre da periferia oeste de Natal (RN), um grupo de jovens criou, há mais de dez anos, uma "posse"² de hip-hop chamada Lelo Melodia, em homenagem a um amigo morto prematuramente. Nessa década, tentam sobreviver, material e politicamente, promovendo intervenções culturais e sociais no bairro. Este texto resulta dos encontros com esse grupo de jovens ao longo de quatro anos, entre 2002 e 2006, quando estive à frente de um projeto de intervenção social com integrantes de grupos juvenis e organizações sociais do Nordeste, o Redes e Juventudes. A análise tem como objeto, especificamente, as narrativas produzidas pelos próprios jovens, que resolveram contar suas histórias de vida em um livro ainda a ser lançado (SILVA, DUARTE, BEZERRA e TAKEUTI, no prelo). São, portanto, relatos de primeira mão.

Recebido em: 01/12/2010

Aprovado em: 06/06/2011

1 O texto é produto da pesquisa em andamento "Juventude em pauta: a juventude como campo de intervenção social", financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

2 O movimento hip hop está organizado em "posses", ou seja, grupos, dos quais fazem parte geralmente dançarinos, DJs, grafiteiros e músicos. Sobre isso, ver, entre outros: Herschman (2000).

Na primeira parte do texto, narro meu encontro com os jovens da posse, entrelaçando trechos extraídos de narrativas produzidas por eles; na segunda, faço algumas reflexões analíticas, propondo uma diferente chave de leitura sobre a temática da juventude por meio da referência ao conceito de governamentalidade de Michel Foucault e à obra de alguns autores que seguem seu trabalho crítico.

Os jovens da Posse de Hip-Hop Lelo Melodia

Sei que para a sociedade sou um vagabundo. Mas para mim sou um sonhador. (Amauri³)

O objetivo principal do rap é passar informação, conscientização. E apenas transmitimos a voz do povo pobre e do povo preto. (Pedro Paulo, o PP)

3 Os jovens decidiram manter seus nomes nas narrativas.

4 A princípio, o objetivo do projeto era construir uma rede entre algumas entidades que atuavam com jovens na Região Nordeste, com o intuito de “fortalecer atores com capacidade de intervenção na definição dos direitos dos jovens e na formulação e execução de políticas que implementem esses direitos”. Após algum tempo, a coordenação do projeto, compreendendo que para os jovens participantes a conquista da autonomia era um desafio importante, decidiu dar prioridade ao objetivo específico de “contribuir para que os jovens se tornem atores sujeitos de direitos, com participação na sociedade e capacidade de diálogo”, ou seja, ao fortalecimento da participação e organização autônoma dos jovens (“público-alvo” ou educadores), (Ver: Projeto Redes e Juventudes, mimeo, 2003).

Eu não me imagino morando em um apartamento daqueles lá com segurança eletrônica, cerca elétrica, e às seis horas da noite não há mais ninguém nas ruas, saca? Essa vida deve ser depressiva. Vem comigo conhecer o nosso domingo. (Edcelmo)

Desde pequeno, com mais ou menos uns 12 anos de idade, o encontro na rua com a segurança pública foi pancada, pra entender esse bagulho é louco, geralmente a segurança pública era pra dar segurança, mas para a juventude da periferia, e posso citar o nosso caso do Guarapes, não é bem assim, ser jovem e morar em uma quebrada já é o suficiente pra levar umas cacetas, imagina se não tem políticas públicas pra juventude, juventude que falamos aqui o Estado não alcança. (Edcelmo)

Conheci o pessoal da Posse de Hip-Hop Lelo Melodia quando eles tomaram o ônibus fretado pela coordenação do Redes e Juventudes para levar alguns jovens do Nordeste ao I Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, em novembro de 2003. Era a primeira viagem – primeira de muitas – à qual decidimos levar somente jovens “público-alvo” e não mais educadores ou coordenadores das entidades que participavam do projeto⁴, que, durante quatro anos, atuou em algumas regiões do Nordeste com

o objetivo de criar uma articulação permanente entre entidades e grupos juvenis⁵. Eliênio e Edcelmo tinham pinta de encrunqueiros e, naquele momento, fiquei preocupada. O que eles poderiam aprontar durante a viagem? Eu mesma não estava livre dos preconceitos geralmente relacionados aos jovens de calça folgada, boné e cara feia.

Foram três palavras que sempre nos perseguiram: discriminação, exclusão e preconceito. Mas isso foi bom, porque, desde então, já tínhamos uma bandeira de luta. A luta contra o preconceito e a discriminação e pela igualdade entre os povos. (Eliênio)

Já em BH, durante uma oficina organizada pelo fórum, Eliênio sentou-se ao meu lado e puxou conversa. Contou, muito satisfeito, que eles tinham saído da programação do evento para visitar a Rádio Favela, uma rádio independente administrada por um grupo de jovens de um bairro na periferia da cidade⁶. Além da satisfação de ter visitado a rádio e conhecido a “galera” de lá, Eliênio estava muito feliz por ter ido visitar uma “quebrada” da cidade, uma experiência diferente daquela de ficar sentado em uma oficina do fórum ou ir de lá para cá para procurar as atividades no grande espaço da universidade em que tinha lugar o fórum. Foi ali que ele me contou um pouco de sua vida, de como tinha deixado um emprego “estável” em um laboratório de análises (onde realizava “exames de cocô”), para grande preocupação da mãe, a fim de investir no que gostava de fazer: organizar uma posse de hip-hop e “fazer trabalho” na comunidade. A conversa me surpreendeu, e comecei a olhá-los com muito interesse. Eliênio manifestava claramente a vontade de fugir do destino de ser mão de obra barata, desqualificada, reservado aos jovens pobres de periferia.

Não quis trabalho em um supermercado. Consegui, através da Posse, a aprovação de um projeto chamado Mulheres na Ativa. Hoje eu continuo lutando. A gente é guerreiro. Quando precisar falar com vagabundo, eu vou falar, porque sou uma guerreira⁷. (Adriana)

5 “Querendo ou não o Redes deu uma visibilidade muito *massa* não só ao nosso trabalho, mas também ao de todos que construíram a rede. E nós aprendemos a construir uma ideologia coletiva que se iniciava na internet com as opiniões individuais, se desenvolvia nas viagens durante o caminho para os encontros e virava política nos espaços de discussões.” (Eliênio)

6 A história da Rádio Favela é contada no filme *Uma onda no ar*, dirigido por Helvécio Rattoon em 2002.

7 Sobre o uso do termo “guerreiro” e seu significado entre os moradores das periferias, ver Hirata, 2011.

Eliênio e Edcelmo começaram a se tornar presenças constantes nos eventos que organizávamos: seminários, oficinas, viagens. Sempre inseparáveis, geralmente faziam colocações muito interessantes, que contrastavam com sua falta de competências escolares (mais acentuada em Edcelmo). A participação deles em nossos eventos – soube aos poucos – era apadrinhada⁸ pelo coordenador de uma das muitas ONGs “parceiras”⁹ de um projeto social de grande envergadura desenvolvido em Natal, o Engenho de Sonhos.

O projeto era realizado em cinco bairros da periferia oeste (a região mais pobre e com os mais altos índices de violência da cidade), em cada um dos quais o trabalho era coordenado por uma ONG diferente. No bairro de Eliênio e Edcelmo, Guarapes, a de João (nome fictício) ficou encarregada.

Em uma apresentação nossa em Felipe Camarão [*bairro vizinho*], *tinha*, como sempre, algumas pessoas fotografando. Mas dessa vez *tinha* um pessoal diferente, que depois das apresentações nos chamou para trocar ideias. Foi aí que tudo começou. Fomos convidados para participar de um fórum que iria agregar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 11 ONGs e o foco principal, jovens e grupos juvenis desses cinco bairros. O objetivo principal era combater a pobreza na Região Oeste da capital com um programa de dez anos, potencializando e buscando despertar o protagonismo juvenil, transformando o jovem no sujeito principal, com a garantia dos seus direitos e de melhor qualidade de vida. (...) Era tudo muito lindo: a ideia do projeto, as ações que cada ONG fazia, a presença da UFRN no processo, a sede do Fórum, a estrutura física, as pessoas, as falas, as meninas, os coordenadores – enfim, tudo era lindo e maravilhoso. Resolvemos integrar essa ideia e, logo em seguida, fizemos o lançamento do Fórum Engenho de Sonhos, em frente à sede. *Teve* apresentações culturais, presença da comunidade, de todos os representantes das organizações envolvidas e da imprensa. Cada bairro teria seu coordenador, que era uma das pessoas integrantes das ONGs, que fazia papel de educador, articulador, mobilizador, e representava o bairro nas reuniões. (...) Até o momento de fazer a seleção de quem seria o coordenador dos bairros e qual seria a ONG que faria o acompanhamento junto ao coordenador, ninguém queria vir pro Guarapes. As dificuldades que eles argumentavam para não vir pro Guarapes eram a

8 A participação em uma atividade realizada em outro estado representava uma ocasião importante para abrir o leque de relações e articulações possíveis. Por isso, a decisão sobre quem ia participar era objeto de disputas significativas entre os “parceiros” e entre os jovens.

9 Sobre o uso do termo “parceria” nos projetos sociais, ver Vianna, 2010.

distância e o difícil acesso, porque nem todos tinham carro. Mas nós sabíamos que no fundo, no fundo, era por o Guarapes ser o bairro mais marginalizado dos cinco. Era o que a imprensa mais estigmatizava, era o que tinha o maior índice de violência e, por isso, tinham medo de serem assaltados ou algo semelhante. (...) Até na hora de sermos ajudados, nós éramos discriminados. Sabíamos que éramos um grupo de potencial, porque tínhamos tempo, conhecimento, relacionamento e um poder de articulação incrível. A única coisa que não tínhamos era dinheiro. (Eliênio)

O encontro dos jovens da posse com João foi, sem dúvida, um marco significativo em suas vidas. Em linguagem emprestada do jargão da política instituída, poder-se-ia dizer que a posse representava a principal base de sustentação de João para sua estratégia de disputar o controle da coordenação do projeto, ou seja, os significativos recursos financeiros e o prestígio do qual podia gozar a coordenação.

As conversas e a convivência com Eliênio, Edcelmo e os outros integrantes da posse e as muitas visitas que fiz ao bairro e aos espaços que a posse ocupou no decorrer dos anos foram ricos em aprendizagem e estimularam minhas reflexões sobre o trabalho desenvolvido por ONGs e fundações empresariais junto aos jovens pobres de periferia (TOMMASI, 2005).

O jogo do Estado é do faz de conta. (...) Faz o papel de chegar nas quebradas e vender a realidade que não é deles. Obtém grana através dos projetos, paga os créditos dos cartões e celulares, compra gasolina do carro e o presente no Shopping Mydw. E os pretos da *quebrada* sendo só relatórios dos cursos básicos de informática que não ajudam muito para conseguir hoje um bom *trampo*. (Edcelmo)

Durante uma oficina em que discutíamos estratégias e metodologias de apoio a projetos de jovens, Eliênio disse que o fato de ter se tornado uma liderança muito atuante dentro do Engenho de Sonhos tinha provocado seu afastamento das atividades que realizava com seu grupo na comunidade (a Posse). Isso estava em evidente contradição com os objetivos declarados do projeto: apoiar e fortalecer a ação de grupos juvenis na comunidade. Eliênio observa-

va que, pelo contrário, com tantas tarefas a cumprir dentro do projeto, não lhe restava mais tempo para dedicar-se a seu grupo. A necessidade de participar de forma ativa das muitas instâncias em que o projeto se desenrolava, inclusive para disputar o controle desses espaços (em consonância com as táticas de João), impedia que ele levasse à frente o trabalho que tinha sido, originalmente, o motivo de sua aproximação do projeto.

O interessante era que a *galera* da Posse não se sentia à vontade dentro do espaço cultural e tinha uma certa resistência a frequentar o local. Somente os linha-de-frente *era* que *fazia* os *corres* no Engenho. Por isso éramos questionados pelos dois lados: primeiro, pelos que integravam a Posse, que diziam que nós *deixava* de fazer por eles pra articular as ações do Engenho; e, no espaço cultural, diziam que nós não *conseguia* mobilizar os caras dos grupos da Posse pra participar das atividades realizadas lá. (Eliênio)

A partir desse momento, tentei alertar os jovens do Guarapes sobre os riscos que estavam correndo: perder de vista seus objetivos originários (o fortalecimento do trabalho da Posse) e ser objeto da manipulação do coordenador do projeto no bairro. Relações afetivas, mais do que apenas profissionais, os ligavam a João, que, de fato, aparentemente, “estava do lado deles”, valorizando sua participação e autonomia contra outros coordenadores do projeto que tinham uma atitude abertamente mais paternalista ou desqualificadora. Sempre podiam contar com o apoio de João: era ele quem trazia umas “quentinhas” quando faltava dinheiro do projeto para pagar a alimentação; era ele quem ajudava um ou outro quando a situação financeira, em casa, apertava.

No Guarapes, o projeto abriu um “centro cultural” gerido pelos jovens, que montaram uma biblioteca comunitária, organizaram debates, festivais de hip-hop, oficinas de formação. Gerir esse espaço foi evidentemente para eles uma experiência muito gratificante, que mudou de forma significativa sua inserção na comunidade. Sem dúvida, era bem mais interessante gerir um espaço cultural do que fazer “exames de cocô”.

Um avanço superimportante que o Engenho fez através deste espaço cultural foi reunir todos os grupos que havia na comunidade e fazer todos conviverem juntos em um só lugar, porque até então ninguém se relacionava. Era o grupo religioso na igreja, o teatro no seu lugar, a capoeira também, o esporte no campo com futebol e o do Marco Zero com o vôlei, que é em frente ao bar do Cabeça, e nós lá no posto de saúde. Era tudo bem dividido, mas depois todos caíram na real e deixaram as individualidades de lado na busca desse tal protagonismo juvenil que, nesse tempo, todo mundo ouvia falar, mas ainda não sabia o que era. (Eliênio)

O fortalecimento do trabalho no Guarapes fortificava também o poder político de seu coordenador no âmbito da coordenação colegiada do projeto. Não demorou muito para que as disputas entre as entidades participantes do projeto começassem a se manifestar de forma acirrada.

Era *foda* manter tudo funcionando, porque tinha um gasto que não era alto, mas era maior do que o investimento em outros bairros. Isso gerou, durante algum tempo, um pouco de ciúmes em algumas pessoas, e instalou, no Engenho de Sonhos, uma disputa bairrista. Isso não foi bom naquele momento, porque tínhamos que nos fortalecer em conjunto, com todos os grupos juvenis fortalecendo o segmento jovem. Era *massa* participar das brigas que havia no Engenho. De alguma forma, nos fortaleceu. (Eliênio)

O Engenho de Sonhos era um projeto de grande envergadura, cujo financiamento tinha sido garantido por alguns anos. Fazia parte da estratégia de ação de um grupo de instituições empresariais importantes, que de forma inédita tinha decidido elaborar conjuntamente um programa de ação para reduzir a pobreza por meio de projetos de desenvolvimento local centrados na formação de lideranças juvenis, consideradas potenciais “agentes de desenvolvimento da comunidade”. Concentrar-se nos jovens era um objetivo motivado pela ideia de que para sair do “ciclo da pobreza”, ou seja, segundo a análise dos especialistas daquelas entidades, da reprodução da pobreza no seio das famílias pobres, é mais eficaz e eficiente agir sobre as novas gerações, provocando uma mudança em seus comportamentos.

Uma anotação importante: Edcelmo e Eliênio, assim como os outros integrantes da Posse que conheci, nunca fizeram, em público ou em particular, os discursos “salvacionistas” que caracterizam muitas vezes a exposição pública desses jovens “de projetos”. Eles nunca disseram “eu era um marginal... estava perdido... não tinha rumo... mas agora, após entrar no projeto, eu me tornei isso e aquilo, eu tenho um projeto de vida”, discurso recorrente pronunciado durante eventos públicos, sobretudo quando os financiadores estão presentes. Nunca os ouvi fazer esse tipo de consideração.

Infelizmente, nossa pobreza é escondida, isolada, excluída, ignorada; é malvista, é humilhante, é triste e, principalmente, é usada e abusada! Somos alvos de um monte de sanguessugas do poder e do conhecimento que utiliza a miséria em que sobrevivemos como uma fonte, ou, melhor dizendo, eles encontraram em nós uma mina de ouro! Somos apresentados com palavras bonitas em parágrafos apelativos e assustadores que são escritos por pessoas que são consideradas especialistas em miséria e pobreza, mas não porque eles vivem onde sobrevivemos; são especialistas porque eles simplesmente detalham tudo o que existe e o que falta na miséria e na pobreza, e fazem isso se transformar em dinheiro vivo, que acaba indo para o outro lado da cidade e para os seus próprios bolsos. (Eliênio)

Eliênio e Edcelmo passaram a fazer parte da coordenação do projeto, como representantes do chamado “segmento juvenil”, fato que representou para eles uma grande vitória. Mesmo assim, alguns parceiros do projeto (e em particular, os membros da universidade responsável pela administração dos recursos) não reconheciam os jovens como pares e sim como mero “público-alvo” ou “beneficiários” das ações. Não era fácil defender o direito dos jovens a participar das decisões sobre os rumos do projeto. Nisso, sempre tiveram João como aliado. Ele se utilizava também dessa estratégia para aumentar seu poder.

Ser jovem e militante sem grana para pagar pelo menos as passagens de transporte para fazer a articulação para o grupo é foda! Sem contar com a responsabilidade em casa, que tem que ser cumprida para não passarmos constrangimento na família. (Eliênio)

Graças às muitas viagens das quais participaram circulando pelos quatro cantos do país, fizeram outro encontro importante: com Preto Goes e o Movimento Hip-Hop Organizado Brasileiro (MHHOB), uma articulação nacional do movimento hip-hop. Foi outro encontro que marcou suas trajetórias.

O MHHOB nos fortaleceu muito enquanto movimento de raiz mesmo, e nos aproximou de um monte de camarada de que temos prazer, orgulho e a maior satisfação de conhecer e trabalhar juntos, mesmo a distância, na busca pelo fortalecimento das bases e da potencialização do movimento cultural hip-hop nas *quebradas*. (Eliênio)

Foi *massa* quando aprendemos o que era política, porque o “político” nós já sabíamos o que era. Começamos a diferenciar político de política. Política, nós a fazemos todos os dias, até quando das nossas conversas – que não deixam de ser uma reunião –, e conseguimos planejar o que devemos fazer contra a repressão policial. Por exemplo, político é o que podemos chamar de formalidade e burocracia para tudo; dura quatro anos para viabilizar qualquer coisa que a comunidade propõe e manipula todos os impostos arrecadados do povo e destina para a classe média alta da sociedade. (Eliênio)

Querendo ou não, a gente mudou a cara do bairro através do hip-hop. A gente fez um evento aqui que foi de três dias; e conseguimos reunir seis estados do Nordeste aqui no Guarapes, na presença de mais de 2 mil pessoas. Ninguém conseguiu fazer isso aqui. (PP)

Graças às conversas que tiveram dentro do movimento, perceberam-se objeto de manipulação e distanciaram-se do antigo aliado, saindo do projeto (que, na realidade, acabou fechando as portas antes do prazo previsto devido às enormes disputas entre os “parceiros”; aliás, esse foi um dos pouquíssimos casos em que a Fundação Kellogg, principal patrocinador do projeto, decidiu cortar um financiamento). A distância virou conflito, que se manifestou publicamente quando João continuou a organizar eventos na comunidade. A Posse organizou atos de protesto e eventos alternativos para os quais afluíram um público bem mais sig-

nificativo, mostrando sua capacidade de mobilização. A rivalidade se arrastou ao longo dos anos. A grande vitória dos jovens da posse foi ter tido aprovado um projeto de Ponto de Cultura, do Ministério da Cultura, enquanto a ONG de João não conseguiu.

Depois da nossa “saída estratégica”, em 2005, do Fórum Engenharia de Sonhos e do Espaço Cultural de Guarapes, ficamos sem lugar para nos reunir e para os ensaios dos grupos que naquele momento estavam em alta. E também não tínhamos estrutura de máquinas e equipamentos que desse suporte às nossas atividades. O Detone Break voltou a ensaiar no posto de saúde todos os dias ao meio-dia em ponto, exatamente na hora em que se formava a fila para pegar o leite. Esse horário já era uma estratégia de visibilidade do grupo. (Eliênio)

Durante um tempo – um tempo importante na experiência deles –, os jovens da posse ocuparam um galpão abandonado no bairro e ali desenvolveram suas atividades, experimentando a autogestão. Sempre muito precariamente, por falta de recursos, organizaram oficinas, encontros, shows e outras atividades culturais. Organizaram – fato bastante incomum dentro do movimento – um grupo de meninas, as Dandaras do Rap, e receberam, com muito orgulho, personalidades importantes no cenário do hip-hop nacional, como MV Bill (“Ele achou a quebrada muito semelhante à Cidade de Deus”, conta Eliênio).

Nossa maior dificuldade era a falta de grana. Sabíamos que o cenário estava favorável para nós, só que a Posse ainda não tinha “certidão de nascimento” e, portanto, não tinha vida jurídica. (...) O mais importante foi que fizemos a Posse nascer juridicamente em novembro de 2005, com todas as documentações legais. Agora, sim, podíamos captar recursos financeiros para nossos projetos! (Eliênio)

Apesar de terem conseguido legalizar o grupo e também terem tido alguns momentos de visibilidade na mídia, captar recursos foi bem difícil. Aliás, foi quase impossível, com a exceção de alguns poucos editais públicos cujo dinheiro chegou sempre atrasado (e às vezes nem chegou).

Recebemos uma visita de dois repórteres que queriam fazer uma entrevista com a gente para a primeira edição da revista da Capitania das Artes, a *Brouhaha*, uma revista bimestral que iria divulgar a cultura da cidade. A entrevista foi tão *massa* que, na hora, resolveram fazer mais fotos em vários lugares da *quebrada*, e resolveram também fazer a entrevista completa. Naquele momento, eles tinham nos visualizado na capa da revista. Dito e feito: saímos na capa da frente, com a foto principal, na capa de trás, e em duas páginas que resumiram de forma bem compreensível a nossa história e as nossas questões ideológicas. Fizemos o lançamento da revista lá na Capitania das Artes e levamos o nosso povo para aproveitar aquele momento junto com a gente e todos os convidados. Foram publicadas 2 mil revistas, e mais da metade nós levamos para distribuir no Guarapes. Quebramos mais um tabu, e pela primeira vez fomos destaque em uma revista de cultura da cidade. (Eliênio)

Após alguns meses, o galpão foi condenado pela prefeitura e, por falta de recursos para fazer os reparos necessários, eles tiveram que deixar o local. Nos anos que se passaram, as histórias pessoais deles se transformaram: alguns casaram e tiveram filhos. As necessidades financeiras tornaram-se mais prementes. A vontade de se manter com os trabalhos desenvolvidos, a música e as atividades culturais na comunidade, encontrou inúmeros obstáculos. Alguns deles voltaram a fazer “tramos” como os de secretária de ONG e assistente de pedreiro; outros conseguiram virar educadores de projetos sociais. Eliênio encontrou, por meio de um amigo que sempre deu apoio à Posse, um trabalho no almoxarifado de uma obra da empresa Odebrecht em uma cidade próxima. De lá, foi transferido para Angola, onde a empresa atua. Ele ganha bastante bem, e volta para casa a cada três meses. Teve um filho e está poupando dinheiro para voltar para o Guarapes em um futuro próximo e abrir um negócio.

Edcelmo ficou à frente das articulações e das “correrias” (palavra muito recorrente em suas narrativas) para conseguir recursos e levar adiante as atividades do grupo. Relacionou-se com políticos locais, sempre muito interessados em se mostrar amigos de quem pode trazer votos e legitimidade política junto à população. Trabalhou em projetos sociais de outras ONGs; andou muito nos meandros da burocracia institucional: muita

correria para tentar financiamento para algum projeto. Hoje faz consultorias aqui e acolá, valendo-se da competência adquirida na elaboração de projetos e daquilo que pode ser considerado seu maior capital social: ser um jovem morador da periferia e saber transitar no mercado do social.

Outros jovens da Posse ficaram desempregados; outros caíram no buraco das drogas ou/e da “anormalidade”, ou seja, da “loucura”. Alguns foram assassinados por motivos comuns nas *quebradas*: dívida com o tráfico ou briga entre torcidas organizadas. Para nenhum deles a questão da sobrevivência está resolvida.

A maioria que começou no hip-hop em Guarapes ainda é militante, e hoje em dia somos jovens, adultos, pais de família, trabalhadores, estudantes, militantes ativistas, mesmo de coração – um exemplo de vida para nós mesmos e para os que nasceram no meio da gente. E não nos “vendemos” até hoje, e também não nos entregamos nessa luta que iniciamos dez anos atrás. (Eliênio)

Mesmo diante de adversidades, a vontade de levar à frente o trabalho do grupo, a vontade de escapar ao destino de ser trabalhador barato ou bandido, é forte. Quem disse que somente os filhos da classe média sonham com um trabalho gratificante e com viver daquilo de que gostam e que sabem fazer?

Sofremos pela falta de grana para nos manter fazendo o que gostamos de fazer, ou seja, viver de hip-hop. (Eliênio)

Dispositivos de gestão da população jovem

Discriminação, preconceito, violência, conscientização, orgulho de ser da periferia. Correria. Potencial: tempo, conhecimento, relacionamentos. Manipulação, disputas, competição. As trajetórias descritas na primeira parte do texto falam sobre trânsitos entre experiências de discriminação, preconceito, violência policial, mas também do orgulho de viver na “quebrada” e da organização de um grupo que quer “fazer acontecer” a partir do interesse comum pela cultura hip-hop. Elas falam também da transformação em “jovens

de projeto”, o que amplia as possibilidades de circulação e dos encontros, mas também acarreta o envolvimento em lógicas de disputa e competição, prendendo-os em um jogo entre visibilidade e suposta valorização, e manipulação, ocultamento. Falam ainda das tentativas de organização de ações coletivas para fortalecer a atuação política; da consciência de ser manipulado para tornar-se “protagonista” de projetos alheios; da dificuldade de se manter o engajamento, dada a falta de mínimos recursos (até mesmo do dinheiro para pegar ônibus e participar de uma reunião); da necessidade de, sempre, se ativar para “correr atrás” (a expressão mais usada no texto produzido pelos jovens da Posse); da legalização do grupo; das articulações; dos editais; de um possível financiamento; de um “trampo” para sobreviver; da garra e da vontade de não esquecer os sonhos – trajetórias que não são lineares e que não têm um final feliz.

Não é tão inusitado, nas periferias, encontrar grupos como o da Posse Lelo Melodia. Um mapeamento realizado em Natal, em 2006, encontrou, no boca a boca, quase 400 grupos, que, em geral, não recebem nenhum apoio formal e não estão legalizados¹⁰. São grupos que querem, como dizem, “fazer acontecer”. Mas, se nos anos 1970 esses grupos poderiam ter encontrado em seus percursos algum ativista político fazendo trabalho de base que teria oferecido a eles cursos de formação política, ou poderiam ter se engajado nas ações das comunidades de base¹¹, hoje eles encontram, nos mesmos espaços, projetos de fundações empresariais e ONGs que oferecem cursos de “cidadania” para “levantar a autoestima”, ou de “qualificação” rápida, “que não ajudam muito para conseguir hoje um bom trampo”, como diz Edcelmo, mas ocupam o tempo ocioso dos jovens – considerado potencialmente perigoso.

Para muitos, o principal mérito desses projetos é “abrir o campo de possibilidades” dos jovens. Mas isso significa, também, organizar esse campo, oferecendo possibilidades de “inserção” que são altamente reguladas, agenciadas, conduzidas. Nesse sentido, lembramos a discussão de Foucault sobre governamentalidade, o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica de poder cujo alvo é a população. Esse tipo de poder, para

10 O mapeamento foi realizado pelo projeto Redes e Juventudes e pela ONG Canto Jovem (CANTO JOVEM, 2006).

11 Retomo essa ideia da comparação com o trabalho de base realizado nos anos 1970 da discussão desenvolvida por Fernandes, com quem, no entanto, tenho algumas discordâncias (FERNANDES, 2010).

Foucault, impõe-se sobre todos os outros no final do século XVIII. É o que ele chamará de biopoder (FOUCAULT, 1979, pp. 291-292). Para o autor, esse deslocamento na arte de governar, até então fundada sobre a forma da soberania territorial, é permitido pela expansão demográfica daquele século, que faz emergir o *problema da população*. Os dispositivos acionados não agem diretamente sobre os corpos, mas procuram criar um ambiente: trabalham, criam, organizam, planejam um meio (FOUCAULT, 2008, p. 28). A governamentalidade é, portanto, a “condução das condutas”, uma forma de governo que tem como sujeito e objeto a população: o governo se realiza não somente sobre, mas também *através* da população. Age sobre o meio, dispondo as coisas para maximizar os elementos positivos e minimizar os riscos. Governar significa “agir de maneira a estruturar o campo de ação possível dos outros” (Foucault *apud* PROCACCI, 1993, p. 19).

Nessa ótica, parece-nos que os dispositivos acionados no campo da juventude procuram organizar esse meio, no sentido de traçar os caminhos a serem trilhados, as ações a serem empreendidas, as palavras de ordem a serem defendidas. Por exemplo, os grupos precisam “correr atrás” da legalização para poder receber recursos. Isso implica providenciar a papelada, escrever relatórios, preparar planilhas orçamentárias e prestações de contas – todo um aparato técnico-burocrático¹², com seus léxicos, suas gramáticas e suas competências específicas, deve ser mobilizado. E não se passa imune por esses processos. Inevitavelmente, provocam mudanças¹³. Eles estimulam certos *comportamentos*, como a busca de alianças com políticos locais que possam garantir o acesso a algum recurso, e desencorajam outros, como o estabelecimento de alianças com outros grupos e segmentos sociais (com os quais, ao invés, é preciso competir no mercado dos serviços e dos recursos públicos) ou o engajamento em movimentos coletivos de reivindicação. A identificação territorial é incentivada como pertencimento a uma “comunidade” (supostamente homogênea) no interior da qual os indivíduos se tornem responsáveis (ROSE, 1996, p. 331), não no sentido de apelar para um reconhecimento político como moradores da periferia e, fortalecendo a expressão de conflitos.

12 Para uma análise sobre a “profissionalização” do trabalho realizado pelas organizações sociais, no Brasil, estimulada pelos financiamentos das ONGs internacionais, ver Vianna 2010.

13 “Hoje todo mundo está correndo atrás do seu edital”, observa Adriano, que trabalha no programa de cultura da ONG Ação Educativa. Ele ironiza a situação colocada pelos grupos culturais: “A questão é: Quanto nos vendemos? Muito ou pouquinho?” A colocação foi feita no âmbito do debate Arte Urbana: Poética e Política na Cidade, organizado pelo Coletivo de Pesquisadores Independentes em 28/10/2008.

Na esteira de Foucault, o sociólogo inglês Nikolas Rose avança a hipótese de que se forma, nos últimos decênios, uma nova territorialização das estratégias de governo: comunidades, múltiplas e fragmentadas, vêm substituindo a centralidade da sociedade como sujeito e objeto de governo. A condução das condutas se dá, portanto, através da comunidade, no interior da qual os afiliados devem “empreender” a vida como uma escolha ativa.

O governo que se realiza por meio da ativação das capacidades, energias e escolhas individuais, através da moralidade pessoal no interior de uma comunidade dada, é contraposto à centralização, paternalismo e incapacidade do governo social. (ROSE, 1996, p. 335)

Nesse sentido, olhar para a trajetória desses grupos nos faz refletir sobre as mudanças que ocorreram nos anos 1990 no Brasil, na abordagem da chamada “questão social”, mudanças estas que se expressaram em uma inflexão significativa: das lutas pela cidadania e da reivindicação de direitos à ênfase na questão da pobreza e da segurança pública e à difusão das ideias de “empreendedorismo”, “protagonismo” e “responsabilidade social”¹⁴, em um novo papel assumido pelo setor empresarial na interface com as chamadas políticas públicas. Naqueles anos, alguns fatores contribuíram para a entrada em cena e a afirmação das instituições empresariais no âmbito da oferta de programas sociais¹⁵: a modernização da ideia de filantropia, operada por estudos acadêmicos (SCHINDLER, 1992; LANDIM, 1993) e pelas reflexões e atuação de alguns empresários iluminados, como Oded Gradjew (fundador da Fundação Abrinq e do Instituto Ethos); a queda dos financiamentos oriundos da cooperação internacional; e a limitação das intervenções estatais operadas por instâncias governamentais. A reforma Bresser-Pereira (BRESSER PEREIRA e GRAU, 1999) e a lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) institucionalizaram a ideia de um setor “privado, porém público” (FERNANDES, 1984), provocando uma mudança nos paradigmas, nos arranjos institucionais e nas formas de intervenção dos programas sociais.

14 Coloco entre aspas os termos utilizados no sentido nativo, ou seja, interno ao campo objeto de estudo.

15 Fundação das principais entidades sociais empresariais atuantes no Brasil: Instituto Ayrton Senna, 1994; Fundação Banco do Brasil, 1988; Instituto C&A, 1991; Avina, 1994; Instituto Votorantim, 2002. Em 1988, a Fundação Odebrecht, fundada em 1965, redesenhou seu papel e passou a desenvolver metodologias e estratégias de intervenção social na comunidade, escolhendo como foco a promoção do “protagonismo juvenil”. Em 1995, nasce, com forte estímulo e apoio da Fundação Kellogg, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), que contribui de forma significativa para difundir os conceitos de terceiro setor e responsabilidade social empresarial. Para uma reflexão sobre a atuação das empresas no âmbito da chamada responsabilidade social, ver Paoli (2002).

16 Um censo realizado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) entre seus associados mostrou que 63% deles escolheram ter os jovens como público prioritário de suas ações porque “acredita[m] no papel da juventude contra a replicação da pobreza”. Essa motivação é a segunda em importância após aquela relacionada aos indicadores socioeconômicos dessa faixa etária (GIFE, 2008).

17 Em 2002, a Fundação Kellogg elaborou o documento “As novas direções da programação estratégica na América Latina”, em que identifica a pobreza como o principal problema que afeta a região e define que “o enfoque estratégico e sustentável para romper o ciclo da pobreza é através do trabalho com jovens, potencializando sua participação e capacidade de liderança” (FUNDAÇÃO KELLOGG, mimeo, 2001, p. 1).

18 Ver a atuação, entre outras, da Ashoka Empreendedores Sociais, da Fundação Avina, da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL), da Fundação Kellogg, da Academia de Desenvolvimento Social – entidade formada por jovens ligados à Federação Nacional dos Estudantes de Administração no Recife (Fenead).

19 Para Procacci (1993, p. 20), a modernidade “impõe a análise das causas da miséria e de seus remédios como um dever que releva menos da piedade que de uma política de estabilização do corpo social”.

Nesse contexto, a questão da pobreza volta a ter centralidade no discurso de organismos multilaterais (KLIKSBURG, 1993) e das instituições empresariais. O objetivo declarado é “combater a pobreza”, e a estratégia é mobilizar e ativar a juventude com o intuito de implicar os jovens a se responsabilizarem pelas tarefas voltadas ao desenvolvimento e às melhorias das condições de vida nas comunidades locais¹⁶. Para esses setores empresariais, a pobreza é provocada por comportamentos que precisam ser mudados (daí a expressão “quebra do ciclo da pobreza”) por intervenções formativas dirigidas, prioritariamente, às novas gerações (já que a pobreza se reproduz, supõe-se, no interior das famílias, na relação entre as gerações)¹⁷. Ou seja, agir na formação dos sujeitos jovens, definidos como “sujeitos em formação” (TOMMASI, 2005), seria mais rentável e eficaz para “romper o ciclo” do que intervir sobre a população adulta. Multiplicam-se os projetos voltados a “identificar e promover as lideranças”, formar jovens empreendedores do social¹⁸.

A preocupação com a pobreza não é nova. Como mostra François Ewald, assistente de Foucault no Collège de France, o Estado liberal, em suas origens, não rejeita a ideia da necessidade da assistência aos pobres, e sim a ideia de que essa assistência represente um direito: ela é parte do domínio da moral, não da justiça; não é uma obrigação coletiva, pois depende da livre vontade dos indivíduos. A causa da pobreza, nesse sentido, é o comportamento do pobre, suas disposições morais, sua falta de vontade. Em contraposição, ele deve desenvolver a virtude liberal por excelência: a previdência (EWALD, 1986, pp. 65-67). Portanto, quando “a questão social” se impõe ao Estado, ou seja, a preocupação com a pobreza¹⁹ (inicialmente na forma de falta de trabalho, vagabundagem, ociosidade, depravação moral), ela se manifesta como necessidade de trazer os pobres para dentro dos ditames do liberalismo, incitando-os a se ativarem para enfrentar as adversidades. Devem, para isso, procurar os recursos em si mesmos, fortalecendo, ao mesmo tempo, os valores da poupança e do esforço individual.

Para Ewald, a “questão social”, como espaço discursivo e como práticas, constitui uma preocupação central da filosofia política liberal: trata-se da gestão do contrato social, ou seja, da *administração das desigualdades*. A economia política liberal representa uma forma específica de articular

práticas de desigualdade com práticas de igualdade, indissociáveis e mutuamente dependentes: as primeiras fundam uma obrigação moral; as segundas, uma obrigação jurídica (Idem, p. 78). É a filantropia que assume o papel de efetivar essa obrigação moral.

Filantropos, vocês que querem melhorar a condição de seus próximos, lembrem sempre aos pobres que seu destino está em suas próprias mãos. A melhor coisa que vocês podem fazer para eles é ensinar-lhe a viver sem a ajuda de vocês (Duchâtel *apud* EWALD, 1986, p. 72).

Essa frase, pronunciada em 1836 por um ministro francês, ressoa estranhamente atual aos nossos ouvidos.

A partir da segunda metade do século XIX, a pobreza muda de forma. Sua amplitude, sua durabilidade, o fato de ser produto do trabalho industrial (e não mais do não trabalho) induzem a uma mudança em suas formas de gestão. Nasce, assim, o Estado-providência, ou seja, a intervenção tutelar do Estado. Mas, quando esse modelo entra em crise, nas últimas décadas do século XX, é de novo a ideia central da filantropia que se torna modelo de intervenção. É necessário mobilizar a sociedade por meio do que Jacques Donzelot chama de “procedimentos de implicação” de todos e de cada um na responsabilidade social (DONZELOT, 1994, p. 183). O declínio do civismo e o risco de acomodação na dependência com relação ao Estado são substituídos pela exigência de “arregaçar as mangas”, “correr atrás”, tornar-se um empreendedor de si mesmo, implicar-nos todos na tarefa de alcançar os objetivos do progresso, do chamado desenvolvimento local sustentável. Reforçar, potencializar o tecido associativo, reativar o sentido de responsabilidade, individual e coletiva, multiplicar os procedimentos de implicação dos agentes sociais na gestão dos riscos da vida econômica e social – não se trata de diminuir ou substituir a ação do Estado, mas ramificar, disseminar, multiplicar a ação não de um “Estado mínimo” e sim de um “Estado-animador” (Idem, p. 260). Donzelot situa aqui o nascimento da chamada sociedade civil. Assim como da ideia de formação permanente (muito difundida na Europa nas décadas de 1970 e 1980), conjugada com a capacidade de se adaptar: o indivíduo não vale enquanto força de trabalho, mas enquanto tiver capacidade de desenvolver as habilidades necessárias para se tornar empregável e ser um empreendedor.

20 Para uma síntese sobre os estudos da Escola de Chicago, ver Coulon (1995).

21 Dois dados, citados pelo economista Marcio Pochmann, evidenciam a situação dos jovens com relação ao desemprego: “Em 2005 a quantidade de jovens desempregados era quase 107% superior à de 1995, enquanto o desemprego para a população restante do país foi 90,5% superior nos últimos dez anos”. No mesmo período, “o Brasil gerou 17,5 milhões de novas ocupações, mas somente o conjunto de 1,8 milhão foi preenchido por pessoas de 15 a 24 anos de idade (...). Ou seja, a cada 10 novos postos de trabalho gerados, somente um ficou para os jovens” (POCHMANN, 2007).

22 Para uma análise crítica sobre o tema da gravidez na adolescência, ver Heilborn et al, 2006.

23 Observando as curvas demográficas do meio da década de 2000, podemos afirmar que “os jovens nunca foram e nunca mais serão tantos como hoje” (TOMMASI, 2008, p. 4): em 2005, a população na faixa etária entre 15 e 24 anos alcançou 35,1 milhões de pessoas, ou seja, 19% da população brasileira.

24 Em 2007, o Banco Mundial produziu um estudo e um relatório intitulado “Jovens em situação de risco no Brasil”, em que, além de indicar as principais causas da situação de risco (baixa autoestima, baixos níveis de espiritualidade, abuso físico, sexual ou psicológico por membros da família, abuso por alguém de sua comunidade, sentimento de ser um “deslocado” na escola, falta de confiança nas instituições locais, sentimento de limitações impostas por seu gênero e pobreza), calcula os custos monetários, pessoais e sociais dessa situação (BANCO MUNDIAL, 2007).

Voltando a nosso caso, é preciso lembrar que, além do renovado interesse pela questão da pobreza, outros fatores provocam, nos anos 1990, o interesse pela população jovem. Alguns fatos de grande repercussão midiática, como o assassinato do índio Galdino, em Brasília, ou o caso do sequestro do ônibus 174 por um sobrevivente da chacina da Candelária, bem como a divulgação de pesquisas que ressaltam o envolvimento de jovens em atos de violência (cf., em particular, o Mapa da Violência, realizado pela Unesco – WAISELFISZ, 1998), consolidam a representação de *jovens como problema social*.

O que fazer com esses jovens que estão, simultaneamente, fora da escola e fora do mercado de trabalho e que têm, portanto, um tempo ocioso considerável? Eles são alvos fáceis para incrementar os negócios do tráfico, tanto como consumidores quanto como revendedores. A representação da juventude como problema social, que, como notou a socióloga Helena Abramo, ao longo dos anos predominou no âmbito das ciências sociais (ABRAMO 1994 e 1997), é, assim, renovada. Ou melhor, o problema representado pela população jovem é projetado por duas lentes: a demografia e as páginas policiais. Os jovens são muitos e potencialmente perigosos. Esse problema social precisa ser controlado, gerido e até “estancado”, como dizem alguns. Mesmo porque os jovens se obstinam a ter, de alguma forma, atitudes críticas.

Em 1994, Helena Abramo, em um estudo brilhante que abre as portas para um renovado interesse acadêmico sobre o tema da juventude no Brasil, apontava com clareza que a juventude é tematizada, nas ciências sociais, como um problema da sociedade moderna (ABRAMO, 1994). Isso se manifestava tanto para a teoria funcionalista, preocupada com a integração das novas gerações à sociedade, como nos estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago sobre desvio e delinquência²⁰. De lá para cá, a representação dos jovens-problema tem se renovado e se alimentado de novos ingredientes: o desemprego crescente²¹, a gravidez precoce²², o “fracasso” escolar e, acima de tudo para o caso brasileiro, os altos índices demográficos²³ e o envolvimento com a violência. Os jovens são, portanto, uma categoria “em risco”²⁴, ou “vulnerável”.

Segundo dados do Censo demográfico de 2000, a população jovem de 15 a 24 anos é composta de mais de 34 milhões, número que por si só justifica, de forma incontestável, a necessidade de políticas específicas. Além disso, nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro desperta preocupações. (UNESCO, 2004, p. 15)

As estatísticas e a mídia, geralmente em combinação, apontam com alarme o aumento do número de jovens envolvidos (como agressores ou como vítimas) em casos de violência. A literatura e os debates sobre o tema, acadêmicos ou não, apresentam significativo crescimento (SPOSITO, 2009). Como afirma Marília Sposito (2009, p. 12),

é sob o registro dessas violências que a esfera pública constituiu uma determinada imagem da juventude pobre, urbana, negra e masculina da sociedade brasileira (...) e, provavelmente, os esforços de controle, de contenção ou de “gestão de riscos” sejam trazidos nos inúmeros programas e projetos a eles destinados.

A proposta que Helena Abramo e, com ela, algumas organizações não governamentais e movimentos juvenis têm formulado para se contrapor a essa imagem dos jovens-problema é expressa na ordem da “gramática dos direitos” (TELES, 2001) e da construção democrática que se generalizou no Brasil nos anos 1980: considerar os jovens como “sujeitos de direitos”, como interlocutores com capacidade para expressar suas demandas e colocar suas questões no espaço público; sujeitos cuja singularidade deve ser respeitada e reconhecida e com demandas que precisam ser ouvidas e direitos que precisam ser efetivados através da formulação de uma legislação específica e de políticas públicas que os garantam (ABRAMO, 1997 e 2005 e Instituto Cidadania, 2005).

Olhando para os múltiplos dispositivos acionados nos últimos anos para enfrentar a questão juvenil no Brasil e analisando seus pressupostos analíticos, podemos afirmar que não foi essa a ideia que se impôs na pauta política e que orientou a formulação de programas sociais. Pelo contrário, o contra-

25 Interessante notar que essa passagem de “problema” a “solução” é descrita também por Lícia Valladares em sua análise sobre a tematização da favela (VALLADARES, 2005, p. 129).

26 Ver: Gomes da Costa, (1996) e, para uma análise crítica, Magalhães (2008).

27 O argumento da invisibilidade dos jovens é reiterado pelo rapper MVBill, criador e gestor da Central Única das Favelas (Cufa), uma entidade com uma atuação significativa no campo da juventude em vários estados do país. Ele retoma um argumento elaborado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares sobre a conexão entre miséria, invisibilidade e prática da violência (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005).

28 Na análise dos resultados da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, notamos que “os jovens não falam de si como de uma categoria social da qual fazem parte; quando falam dos jovens, o fazem como se os jovens fossem outros” (TOMMASI e BRANDÃO, 2005, p. 48). Ou seja, a insistência sobre uma suposta identidade juvenil à qual os promotores dos projetos fazem continuamente referência não encontra ressonância no discurso e na percepção de si dos jovens enquanto categoria identitária. “Juventude”, nesse sentido, é um termo utilizado para nomear um campo de luta (como na frase “Eu entrei na ‘juventude’”, utilizada por nossos interlocutores quando fazem referência à militância no campo da juventude), não uma condição ou situação social.

ponto da juventude-problema tem sido a ênfase na juventude como “solução”²⁵. Os jovens seriam, por essa ótica, “parte da solução” (GOMES DA COSTA, 1996) dos problemas sociais. Ou seja, suas forças, energias, desejos de transformação e até sua suposta “rebelia” potencial podem e devem ser ativados e utilizados em prol do desenvolvimento social, da melhoria das condições de vida das comunidades e do enfrentamento dos muitos problemas da sociedade brasileira, tanto no campo como nas cidades. O “protagonismo juvenil” é o emblema dessa representação de jovens-solução, matriz discursiva, motivação e, tautologicamente, finalidade dos programas sociais acionados tanto pelos governos como pelas organizações sociais (SPOSITO, CARVALHO-SILVA e SOUZA, 2005).

Regina Magalhães, em sua tese de doutorado, elaborou uma crítica severa ao discurso do “protagonismo juvenil”²⁶, mostrando os antecedentes teóricos e o quadro analítico que o produz (MAGALHÃES, 2008). Aqui nos interessa ressaltar como ele funciona e como é ativado, ou seja, como se tornou um conceito recorrente tanto nos programas sociais (governamentais e privados) como nos discursos de organizações e movimentos juvenis. Ele se apoia sobre o sentimento de invisibilidade²⁷ e sobre a vontade de reconhecimento no espaço público: sou protagonista, não sou somente coadjuvante; e sou protagonista enquanto sujeito jovem que se reconhece numa hipotética “comunidade” juvenil²⁸. A criação dessa comunidade é, justamente, um dos efeitos que se objetiva provocar.

Protagonismo é, em tais discursos, sinônimo de boa cidadania, ou seja, ser protagonista é conduzir-se segundo as normas de solidariedade, compromisso com os outros e envolvimento com as causas sociais e ser um indivíduo ativo e responsável no âmbito da própria comunidade, dentro da qual se compartilham objetivos e um destino comum, independentemente da classe social de origem.

Ao mesmo tempo, a ideia de protagonismo juvenil tem se alimentado da apropriação de alguns trabalhos acadêmicos que visavam superar a imagem dos jovens-problema, mantendo o olhar sobre as formas de organização, expressão e ocupação do espaço público de grupos juvenis, especificamente na área da cultura. Um conjunto de autores brasileiros e latino-americanos se debruçou, nos últimos decênios, sobre

esses grupos (ver, entre outros, ABRAMO, 1994; CARRANO, 2002; DAYRELL, 2005; REGUILLO, 2000), desviando o olhar do campo dos jovens-problema, isto é, os adolescentes em conflito com a lei, os privados de liberdade, os que se envolvem com a violência e a criminalidade, objetos de estudo, análise e intervenção de outro campo, já consolidado, o da infância-adolescência. Este campo tem adquirido uma forte visibilidade no Brasil desde os anos da luta pela aprovação do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, e das denúncias contra o extermínio de crianças e adolescentes pelos chamados grupos de extermínio (tendo a chacina da Candelária como caso emblemático). De certa forma, é como se o campo da juventude, distanciando-se dos temas até então abordados pelo campo da criança e do adolescente, pudesse focalizar o lado positivo: a efervescência dos grupos culturais, em particular o hip-hop, a afirmação de uma maneira de ser e de estar no mundo que questiona a ordem vigente.

Por outro lado, as análises sobre as políticas públicas dirigidas aos jovens desenvolvidas nos últimos anos no Brasil no geral ressaltam seu caráter precário, pouco orgânico e intermitente, e a falta de diálogo com os jovens como “sujeitos capazes de participar efetivamente das definições que dizem respeito aos seus interesses e à sua própria vida” (SPOSITO e CORROCHANO, 2005, p. 166). Nesse sentido, as políticas públicas estariam ainda longe de garantir os direitos juvenis, sendo preciso, portanto, engajar os jovens em uma luta pelo reconhecimento desses direitos e pela ocupação dos espaços de interlocução supostamente abertos para a discussão e a definição de direitos e de políticas.

Mas, se admitimos que o objetivo das intervenções não é garantir direitos e sim administrar um problema – o problema representado pela juventude pobre brasileira –, a discussão sobre o sucesso ou insucesso das políticas públicas muda de forma. Nessa ótica, parece que essas políticas têm tido sucesso tanto em difundir a ideia da necessidade de ativar as forças individuais e coletivas em prol do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais necessitadas quanto em desencadear práticas sociais que efetivem essa ativação. Dessa forma, o efeito é multiplicar, difundir, ramificar a ação do Estado

através de inúmeras organizações sociais, comunitárias e não governamentais que realizam essas práticas. Ou seja, multiplicar os “procedimentos de implicação” (DONZELLOT, 1994) dos agentes sociais na gestão dos riscos da vida econômica e social. A ativação, portanto, tem um duplo registro: individual (os jovens empreendedores) e associativo (as organizações sociais de base).

Nesse sentido, a arte é utilizada como “arma”, como instrumento dessa ativação, como “antídoto”²⁹. É interessante notar que, segundo Felicia Madeira, o papel de antídoto até um tempo atrás era cumprido pelos programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado do trabalho. O trabalho era usado como antídoto, ou seja, usado para ocupar o tempo ocioso e assegurar uma inserção produtiva, legítima, na sociedade (MADEIRA e RODRIGUES, 1998). Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho para todos, os programas de “arte e cultura” substituem a profissionalização como mecanismo de “inserção” na sociedade. E, sobretudo, como dispositivo que integra o que Rodrigo Lages e Rosana Neves chamam de “paradigma preventivo”, acionado para combater as “situações de risco”, que são, supostamente, produto da chamada “vulnerabilidade social” (LAGES e NEVES, 2008). Imagens de jovens de periferia que dançam, tocam ou fazem teatro são amplamente difundidas nos sites que divulgam as ações de ONGs, fundações e associações de base. As práticas artísticas são instrumentalizadas como um meio (para tirar os jovens da ociosidade e do perigo) e perdem força como possibilidade de expressão de “sujeitos falantes”, como “recomposição da paisagem do visível, da relação entre o fazer, o ser, o ver e o dizer” que reconfigura a “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2005, pp. 68-69).

A ativação, a implicação e a legalização provocam, também, o envolvimento no mercado dos serviços e das organizações sociais, mercado este altamente competitivo. Donzelot fala, nesse sentido, de um “social de competição” que se estabelece na Europa no final do século XX e que visa mobilizar, ativar, colocar em movimento as forças sociais (DONZELLOT, 2008). Os jovens da Posse, transitando no Engenho de Sonhos, aprenderam todo um saber prático relativo à competição no mercado do social: disputar espaços, visibilidade e recursos; relacionar-se com políticos, agências financiadoras e a burocracia estatal; escrever projetos, concorrer a editais e preparar prestações de contas.

29 Um evento que nos parece paradigmático nesse sentido é a realização de O Antídoto – Seminário Internacional de Ações Culturais em Zonas de Conflito, organizado pelo Instituto Itaú Cultural em parceria com a ONG Afro-Reggae que “aborda a força da arte e da cultura no combate à violência, seja em zonas devastadas pela guerra, seja em conflitos urbanos ou rurais” (conforme o folder do evento). Na programação da 5ª edição do evento (que aconteceu em São Paulo de 4 a 28 de julho de 2009), constam o lançamento do livro do AfroReggae *A cultura é a nossa arma*, um debate sobre a produção do documentário *Falcão: Meninos do tráfico*, de MV Bill e Celso Athayde, e outro sobre experiências de outros países e continentes em “territórios em guerra” (também do folder) de outros países e continentes.

Minha proposta, com essas reflexões, é deslocar o termo do debate sobre juventude, ou seja, abordar a juventude não como uma condição de vida, uma categoria analítica ou um sujeito ou ator social, mas como um campo de intervenção que, no último decênio, tem se tornado uma área significativa de interesses e investimentos públicos e privados. Considero esse campo um paradigma das transformações ocorridas nas últimas décadas no Brasil na configuração e na abordagem da questão social. Se os anos 1990 podem ser considerados o período do ensaio de novas formas de abordar essa questão, de novas formas de nomear os problemas e identificar o “público-alvo”, os anos 2000 são os da consolidação de novos dispositivos de gestão: do tempo da política, declinado na “gramática dos direitos” (TELLES, 2001) e na ideia de cidadania, ao tempo dos serviços. A política vira política pública e esta, por sua vez, se realiza por projetos, alguns emergenciais, outros permanentes, mas todos circunscritos e focalizados, sem se enquadrar no desenho de uma política universal e estrutural (SPOSITO, 2009).

É essa virada dos tempos que este trabalho indaga, escolhendo como ponto de observação privilegiado o campo da juventude. Um campo é, no sentido figurado, uma área de conhecimento, mas é também um território delimitado, habitado por pessoas, instituições, dispositivos, um plano de relações, de práticas e interesses em disputa (BOURDIEU, 1992). Não por acaso, muitos esforços (e muita tinta escrita) têm sido voltados a delimitá-lo: o que se considera juventude? Que faixa etária ela abrange?

A meu ver, os dispositivos acionados para gerir a população jovem visam separar, dividir, classificar, confinar ou aniquilar alguns (caracterizando a política pública como “pancada policial”, de que fala Edcelmo em seu relato) e ativar outros, provocando mudanças de comportamento: o correr atrás, o espírito empreendedor, a ativação das forças criativas e também a identificação de uma suposta “comunidade” no interior da qual devem se tornar responsáveis. As diferenças de classe, gênero, etc. são colocadas em segundo plano em relação a uma suposta homogeneidade (ou melhor, “singularidade”) da condição juvenil e do problema representado pelo grande contingente de po-

pulação jovem. Ou, então, são oportunamente valorizadas e essencializadas, quando se trata de delimitar “caixinhas identitárias” dentro das quais encerrar os jovens negros, os jovens deficientes físicos, as jovens mulheres, os jovens índios etc., cada qual portador de demandas específicas que precisam ser respondidas por programas focalizados.

O desafio é expresso nas palavras de Nikolas Rose:

Temos ainda a tarefa de analisar as novas relações de poder que entram em jogo neste novo, múltiplo e fragmentado território do governo. (...) O papel da análise não deve ser o de louvar ou culpar, mas diagnosticar, a fim de identificar os pontos de fragilidade que podem ser explorados, se quisermos maximizar a capacidade dos indivíduos e das coletividades de moldar os saberes, contestar as autoridades e configurar as práticas que irão conduzi-los em nome de suas liberdades e compromissos. (ROSE, 1996, p. 353)

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. (1994), *Cenas juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Scritta.
- _____. (1997), “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Juventude e Contemporaneidade: Revista Brasileira de Educação*, nº 5-6, pp. 25-36.
- _____. (2005). *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. Em: ABRAMO, Helena Wendel [e] BRANCO, Pedro Paulo (orgs). *Retrato da juventude brasileira*. São Paulo, Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, pp. 37-72.
- BANCO MUNDIAL. (2007), *Jovens em situação de risco no Brasil*. Brasília, Banco Mundial.
- BOURDIEU, Pierre [e] WACQUANT, Loïc. (1992), *Réponses*. Paris, Seuil.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos [e] GRAU, Nuria Cunill (orgs). (1999), *O público não estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CANTO JOVEM. (2006), *Mapeamento de movimentos, grupos e organizações juvenis da cidade de Natal*. Natal, Canto Jovem.
- CARRANO, Paulo Cesar. (2002), *Os jovens e a cidade: Identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj.
- COULON, Alain. (1995), *A Escola de Chicago*. Campinas, Papirus.
- DAYRELL, Juarez. (2005), *A música entra em cena: O rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- DONZELOT, Jacques. (1994), *L'invention du social*. Paris, Seuil.

_____. (2008). “Le social de compétition”. *Esprit*, novembro de 2008, pp. 51-77.

EWALD, François. (1986), *L'État Providence*. Paris, Bernard Gasset.

FERNANDES, Marcos. (2010), *A falta que faz a mística: Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares*. Tese (doutorado) em psicologia social, USP.

FERNANDES, Rubem Cesar. (1984), *Privado porém público: O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.

_____. (2008), *Segurança, território e populações*. São Paulo, Martin Fontes.

FUNDAÇÃO KELLOGG. (2001), *As novas direções da programação estratégica*. São Paulo (mimeo).

GIFE. (2008), *Censo Gife Juventude*. São Paulo, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. (1996), *Protagonismo juvenil: Adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo, Modus Faciendi/Fundação Odebrecht.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela; BOZON, Michel [e] KNAUTH, Daniela Riva. (2006), *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiras*. Rio de Janeiro, Garamond/Fiocruz.

HERSCHMAN, Micael. (2000), *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

HIRATA, Daniel. (2011), “Vida loka”. Em: CABANES, Robert; GEORGE, Isabel; RIZEK, Cibele [e] TELLES, Vera (orgs). *Saídas de emergência: Ganhar/perder a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo.

- KLIKSBERG, Bernardo (org). (1993), *Pobreza: Un tema im-postergable: Nuevas respuestas a nível mundial*. Mexico, Fondo de Cultura Economica/Clad/Pnud.
- INSTITUTO CIDADANIA. (2005), *Projeto Juventude: Documento de conclusão*. São Paulo.
- LAGES, Rodrigo [e] NEVES, Rosana. (2008), “Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o hip-hop”. *Fractal*, Vol. 20, nº 1, pp. 135-148.
- LANDIM, Leilah. (1993), *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, Iser.
- MACEDO E CASTRO, João Paulo. (2006), *Unesco: Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil*. Tese (doutorado), Museu Nacional, UFRJ.
- MADEIRA, Felicia [e] RODRIGUES, Eliana Monteiro. (1998), “Recado dos jovens: Mais qualificação”. Em: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD, pp. 427-496.
- MAGALHÃES, Regina. (2008), *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo, Paulus.
- PAOLI, Maria Celia. (2002), “Empresas e responsabilidade social: Os enredamentos da cidadania no Brasil”. Em: *SANTOS, Boaventura de Souza (org). Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 373-418.
- POCHMANN, Marcio. (2007), *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: Um balanço dos últimos 10 anos* (mimeo).
- PROCACCI, Giovanna. (1993), *Gouverner la misère: La question social en France (1979-1848)*. Paris, Seuil.
- RANCIÈRE, Jacques. (2005), *A partilha do sensível*. São Paulo, 34.
- REGUILLO, Rossana. (2000), *Emergencia de culturas juvenis: Estrategias del desencanto*. Bogotá, Norma.

- ROSE, Nikolas. (1996), *The Death of the Social? Re-figuring the Territory of Government*. *Economy and Society*, Vol. 25, nº 3, pp. 327-356.
- SCHINDLER, Anamaria. (1992), *O Estado e o social: O papel das instituições de assistência social em São Paulo (1880-1910)*. Dissertação (mestrado), USP.
- SILVA, Adriana; DUARTE, Eliênio; BEZERRA, Marlos [e] TAKEUTI, Norma (orgs). (no prelo), *Entre trancos e barranco: Nos caminhos do hip-hop*.
- SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV [e] ATHAYDE, Celso. (2005), *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- SPOSITO, Marília Pontes (org). (2009), *Estudo sobre jovens na pós-graduação: Um balanço da produção discente em educação, serviço social e ciências sociais (1999-2006)*. Belo Horizonte, Autêntica.
- _____; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley [e] SOUZA, Nilson Alves. (2005), *Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas*. Disponível (on-line) em: www.acaoeducativa.org
- _____[e] CORROCHANO, Maria Carla. (2005), *A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil*. *Tempo Social*, Vol. 17, nº 2, pp. 141-172.
- TELLES, Vera da Silva. (2001), *Pobreza e cidadania*. São Paulo, 34.
- TOMMASI, Livia. (2005), “Abordagens e práticas de trabalho com jovens: Um olhar das organizações não governamentais brasileiras”. *Revista de Estudos sobre Juventud (JOVENes)*, Ano 9, nº 22.
- _____. (2008), *Sintonia jovem: O que pensam e desejam os jovens brasileiros*. São Paulo, Fundação Padre Anchieta.

- _____ [e] BRANDÃO, Marcilio. (2005), Pesquisa juventude brasileira e democracia: Participação esferas e políticas públicas. Relatório da Região Metropolitana do Recife. Disponível (on-line) em: <http://www.ibase.org.br>
- UNESCO. (2004), Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília, Unesco.
- VALLADARES, Licia do Prado. (2005), A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- VIANNA, Catarina. (2010), Os enleios da tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza. Tese (doutorado), USP.
- WASELFSZ, Julio Jacobo (coord). (1998), Mapa da violência contra os jovens do Brasil. Rio de Janeiro, Garamond.